



**Estado de Rondônia**  
**Poder Executivo Municipal**  
**Prefeitura municipal de São Francisco do Guaporé**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 709-1/2024**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

O presente termo de referência tem como objetivo estabelecer requisitos e informações necessários para a contratação de pessoa jurídica para inclusão, em base de negativação de inadimplentes, dos registros de dívidas ativas, vencidas e não pagas, relativos a contribuintes insolventes com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, pelo período de 10 meses, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
01	Taxa de adesão	01
02	Serviço de cadastro de inadimplentes	1.030

O prazo de vigência da contratação será de 10 (dez) meses, contados do recebimento da Nota de Empenho.

O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.812,30 (três mil oitocentos e doze reais e trinta centavos).

A estimativa da quantidade foi baseada no percentual de inserções mensais de protestos em cartório, e levando em consideração que o objetivo é o aumento da demanda já existente.

**FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente projeto visa a contratação de pessoa jurídica, pelo período de 10 (dez) meses, que ficará responsável por incluir inadimplentes em negativação, de acordo com a base dos registros de dívidas vencidas e não pagas junto ao Município de São Francisco do Guaporé, no banco de dados dos Órgãos de Proteção de Crédito com vistas a recuperação dessas inadimplências para o erário público municipal.

De acordo com a Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, a aquisição de serviço se enquadra nas disposições do seu Art. 74, conforme transcrição abaixo:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;



**Estado de Rondônia**  
**Poder Executivo Municipal**  
**Prefeitura municipal de São Francisco do Guaporé**

## **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A contratada ficará responsável pela realização da negativação de cadastros com registros de dívidas vencidas e não pagas, relativos a base de dados dos contribuintes municipais, sendo estas pessoas físicas (CPF's) ou jurídicas (CNPJs), que estão inadimplentes com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, efetuando a inserção do inadimplido no banco de dados dos Órgãos de Proteção de Crédito, comunicando o devedor por meio eletrônico ou físico, bem como, providenciando a exclusão do nome do devedor dos serviços de proteção ao crédito, conforme orientação do Código de Defesa do Consumidor, Art. 43.

Ainda, a necessidade surgiu pois o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, exige a realização de cobranças administrativas das dívidas, antes que sejam encaminhadas para a execução fiscal, sendo extremamente necessário a contratação desses serviços, pois o cartório de protestos não é o suficiente para atender a demanda municipal.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto se tratar de contratação por inexigibilidade de licitação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” DA LEI N. 14.133/2021).**

O prazo de execução dos serviços será de 2 (dias) dias úteis a contar do envio do empenho a empresa fornecedora, na forma que se segue.

A execução do objeto seguirá a dinâmica disposta no presente documento.

## **6. GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).



**Estado de Rondônia**  
**Poder Executivo Municipal**  
**Prefeitura municipal de São Francisco do Guaporé**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput). O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao Termo de Referência) / a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, administrando-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

## **7. PAGAMENTO**

O pagamento deverá ser solicitado pela CONTRATADA por meio da apresentação do empenho, Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

A liquidação da despesa será realizada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto.



**Estado de Rondônia**  
**Poder Executivo Municipal**  
**Prefeitura municipal de São Francisco do Guaporé**

Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto, o fiscal da contratação deverá encaminhar imediatamente (no mesmo dia) o processo para o setor responsável pela liquidação da despesa.

O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

Para atesto da execução serão observados os seguintes aspectos:

- a) Critério de Avaliação: Execução
- b) Tipo de pagamento: Único.

Na emissão da Nota Fiscal, o fornecedor deverá descrever: o objeto, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do processo que originou a contratação; número da Ordem de Serviços; e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

A Nota Fiscal equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:

- I - Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais.
- II.- Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa.
- III - Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município, onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto contratado.
- V - Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- IV - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

## **8. LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIO DOS MATERIAIS**

Os serviços deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, localizado na Avenida Brasil, testada com a Rua Integração Nacional, nº 1997, Bairro Alto Alegre, CEP 76935-000, de segunda a sexta-feira, no horário de funcionamento das 07:00h. às 13:00h, ressalvados os feriados e pontos facultativos.



**Estado de Rondônia**  
**Poder Executivo Municipal**  
**Prefeitura municipal de São Francisco do Guaporé**

## **9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que regulamenta o Art 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O objeto em questão será contratado com fundamento no art. 74 da referida Lei: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

## **10. ESTIMATIVA DO PREÇO**

A Lei de Licitações e Contratos (14133/21), invoca no Art 23º, § 4º: Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Os preços propostos para a aquisição dos serviços, enquadram-se aos valores praticados pelo mercado, bem como aos valores anteriormente praticados em outros contratos desta natureza, conforme anexo de contratos realizados junto a outros órgãos públicos, que acompanha o documento de formalização da demanda (DFD) Págs. 28 à 71 do proc. 709-1/2024.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	TAXA DE ADESÃO	01	R\$ 300,00	R\$ 300,00
02	SERVIÇO DE CADASTRO NO SPC OU SERASA	1.030	R\$ 3,41	R\$ 3.512,30
TOTAL				R\$ 3.812,30

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**Estado de Rondônia**  
**Poder Executivo Municipal**  
**Prefeitura municipal de São Francisco do Guaporé**

As despesas para a contratação dos serviços decorrentes do presente Termo de Referência correrão à conta da Dotação Orçamentária.

Ficha 75

Categoria econômica 3.3.90.39

## **12. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, (Lei de acesso à informação), o presente Estudo não se classifica como sigiloso.

14.2. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

\*NOTA: O presente Termo de Referência deve ser revisados pelo Gestor do Processo no intuito de verificar se atende aos pré-requisitos para aquisição do objeto, podendo apresentar as considerações que julgar necessárias em despacho próprio para que este Núcleo de Processos proceda com as correções.

São Francisco do Guaporé/RO 24 de junho 2024.